

FH garante que não vai agir para evitar cassações

Governo duvida que a oposição tenha assinaturas suficientes para instalar CPI

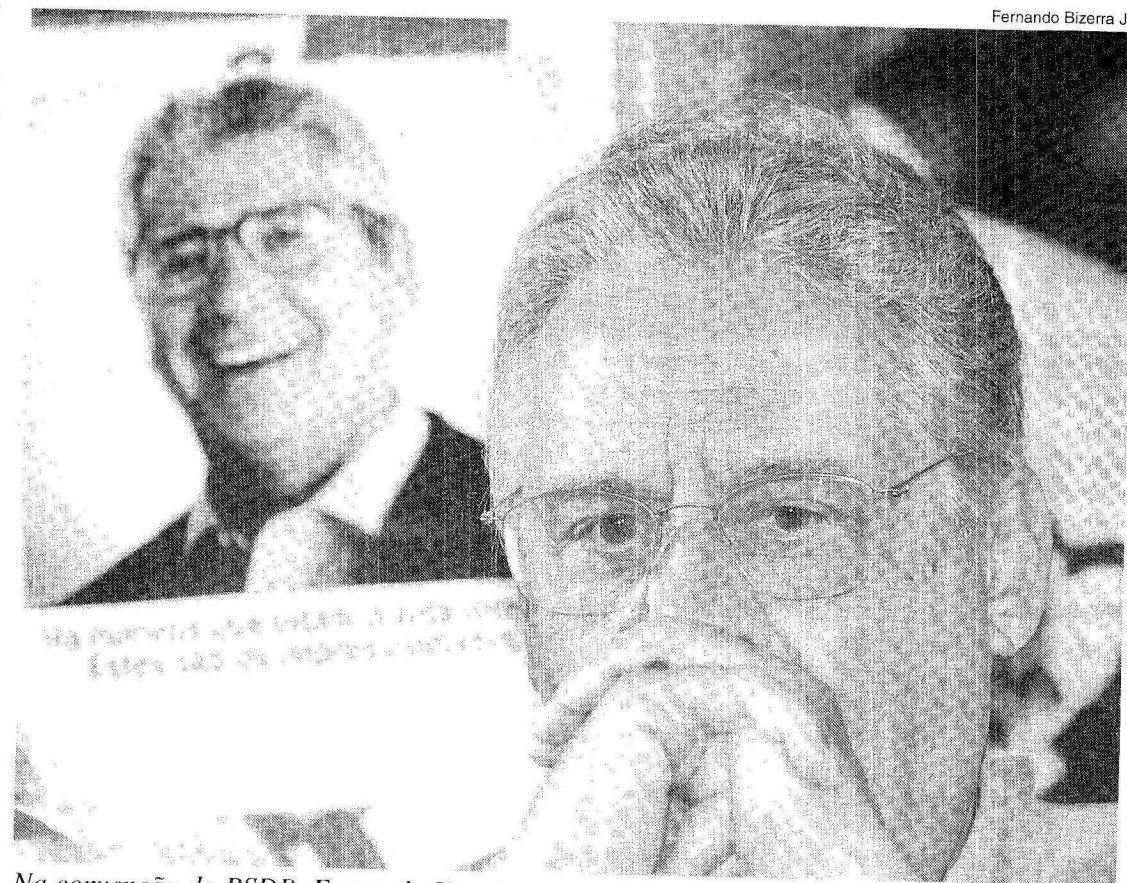
SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso afastou ontem qualquer tipo de interferência na votação do relatório do senador Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ). Fernando Henrique não pretende agir para evitar as cassações dos mandatos dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) como forma de impedir novas assinaturas ao requerimento da CPI da Corrupção contra seu governo. O relatório de Saturnino deve ser votado amanhã no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

“O presidente não vai mexer uma palha para derrubar esse relatório”, informou um interlocutor do governo. Mas, como isca, Fernando Henrique deixará o preenchimento do cargo de ministro da Integração Nacional para depois da votação do relatório. O governo acredita na renúncia dos dois senadores como a melhor saída para ambos.

Paralelamente, o governo acredita que o requerimento de criação da CPI da Corrupção - que já tem 22 das 27 assinaturas necessárias - continuará parado até a votação do relatório de Saturnino. A paralisação é resultado de duas certezas. A primeira é que a oposição está blefando quando diz que tem 22 assinaturas. A segunda é que o PFL não vai assinar a CPI como uma retaliação por causa da situação de ACM.

Punição – No final da tarde de ontem, o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), conversou com o presidente. O encontro ocorreu no Palácio da Alvorada. Bornhausen está preocupado com os resultados do Conselho de Ética. O PFL gostaria que o governo trabalhasse por uma redução da pena-



Na convenção do PSDB, Fernando Henrique conversou com os líderes tucanos sobre a CPI

lidade. Ou seja, no lugar da cassação, o partido defende a suspensão temporária do mandato dos senadores e gostaria de contar com o apoio de Fernando Henrique para essa proposta.

O governo, porém, não deu o sinal verde. Se a negociação acontecer, será entre o PFL e os representantes do Conselho de Ética, sem envolvimento do presidente. O governo não vai mexer um dedo para evitar as duas cassações caso os senadores não renunciem.

Aos que procuram o Palácio do Planalto, o governo orienta para votar de acordo com a consciência de cada representante. O presidente não quis sequer comentar as declarações do gover-

nador do Ceará, Tasso Jereissati, defendendo a não cassação de Antonio Carlos Magalhães.

“O Palácio do Planalto está envolvido com a crise da energia elétrica e não vai se intrometer em assuntos internos do Senado”, disse um ministro palaciano. **Desgaste** – Durante o final de semana, o presidente teria conversado com os governadores do partido durante a convenção nacional do PSDB garantindo que não iria interferir para evitar a cassação. O PSDB, que convidou Arruda a se retirar do partido, não quer que Fernando Henrique assuma o desgaste pela não cassação dos senadores.

No Planalto, o presidente tem ainda muita munição para evitar a

CPI da Corrupção. Cerca de 12 cargos importantes na administração pública, entre eles, uma diretoria da Petrobrás, poderão entrar na negociação.

O Ministério da Integração Nacional não será oferecido aos partidos políticos cujos senadores assinarem a CPI da Corrupção. Se dissidentes assinarem, terão que ser punidos para conquistarem a pasta. O governo não vai referendar a pasta para o partido que viabilizar a CPI.

Também há dúvidas se o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, continuará no cargo caso o PPS bote três assinaturas na CPI, mesmo não tendo sendo indicado pelo partido.

Fernando Bizerra Jr.